



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
4ª Câmara de Direito Criminal

Registro: 2019.0000806320

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos do Habeas Corpus Criminal nº 2188533-45.2019.8.26.0000, da Comarca de Franco da Rocha, em que são impetrantes LEANDRO PACHANI e MARIA CAROLINA DE MORAES FERREIRA e Paciente ADEMILSON APARECIDO DA SILVA, é impetrado MM(A) JUIZ(A) DE DIREITO DA VARA CRIMINAL DA COMARCA DE FRANCO DA ROCHA.

ACORDAM, em 4ª Câmara de Direito Criminal do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: "Concederam a ordem, para anular o feito desde a decisão de remessa dos autos à Procuradoria Geral de Justiça, determinando seja oferecida a suspensão condicional do processo ao paciente. V.U.", de conformidade com o voto do Relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Exmo. Desembargadores CAMILO LÉLLIS (Presidente sem voto), ROBERTO PORTO E LUIS SOARES DE MELLO.

São Paulo, 24 de setembro de 2019.

EDISON BRANDÃO
RELATOR
Assinatura Eletrônica



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
 4ª Câmara de Direito Criminal

Habeas Corpus nº 2188533-45.2019.8.26.0000

Autos de origem nº 0008560-60.2016.8.26.0198

Impetrado: MM. Juízo de Direito da Vara Criminal da Comarca de Franco da Rocha

Impetrante: Leandro Pachani e Maria Carolina de Moraes Ferreira

Pacientes: **ADEMILSON APARECIDO DA SILVA**

Voto nº 36680

*HABEAS CORPUS – Crime ambiental – Art. 56, caput, da Lei nº 9.605/98 – Insurgência contra o não oferecimento de proposta de suspensão condicional do processo – Remessa dos autos à Procuradoria Geral de Justiça, pelo magistrado a quo, nos termos do art. 28 do CPP – Descabimento – Anulação do feito desde referida decisão – Verificada a existência do direito público subjetivo do réu - Presença de condenação anterior, já alcançada, entretanto, pelo prazo depurativo dos efeitos da reincidência – Inércia da autoridade impetrada – **Ordem concedida.***

Cuida-se de *Habeas Corpus*, com pedido liminar, impetrado pelos advogados Leandro Pachani e Maria Carolina de Moraes Ferreira, em favor de **ADEMILSON APARECIDO DA SILVA**, que estaria sofrendo constrangimento ilegal por parte do MM. Juízo de Direito da Vara Criminal da Comarca de Franco da Rocha.

Narram que o paciente foi denunciado pela suposta prática do crime previsto no art. 56 da Lei 9.605/98. Determinada sua citação, foi apresentada resposta à acusação,



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
4ª Câmara de Direito Criminal

designando-se audiência de instrução e julgamento. A defesa se manifestou no sentido de que, ausente a circunstância da reincidência, deveria ter sido oferecida proposta de suspensão condicional do processo. O membro do *Parquet* reiterou posicionamento anterior, entendendo que a condenação presente nos registros do paciente impede a oferta da suspensão. A magistrada a quo, então, remeteu os autos à Douta Procuradoria Geral de Justiça para parecer.

Nesse contexto, e considerando o preenchimento dos requisitos legais, sustentam que a autoridade impetrada deveria ter oferecido, de ofício, a suspensão, que constitui direito público subjetivo do réu.

Ressaltam que o acusado não é reincidente, tendo em vista que a pena que lhe foi imposta pela prática do crime de roubo foi extinta pelo cumprimento há mais de 08 anos. Aduzem que considerar a gravidade e a natureza do delito anteriormente praticado como óbice à concessão do benefício configura bis in idem, na medida em que referidas circunstâncias foram sopesadas quando da aplicação da pena.

Requerem, assim, a suspensão da ação penal, oferecendo-se ao paciente a proposta de suspensão condicional do processo (fls. 01/14).

Indeferida a liminar (fls. 68/69) e prestadas as informações pela autoridade impetrada (fls. 74/75), a Douta Procuradoria Geral de Justiça opinou pela denegação da ordem (fls. 79/86).

Relatei.

A ordem é de ser concedida.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
4ª Câmara de Direito Criminal

Consta da denúncia que, em tese, no dia 19 de junho de 2016, por volta de 12h40min, na Rodovia dos Bandeirantes, Km 39, cidade e comarca de Franco da Rocha, **ADEMILSON APARECIDO DA SILVA**, na função de motorista, assim como a empresa Atmosfera Gestão e Higienização de Têxteis e seus representantes Gustavo Fabiano e Aguimar Marciano da Silva, transportavam material hospitalar infectante, em desacordo com as exigências estabelecidas em leis ou em seus regulamentos.

Segundo apurado, o paciente exerce a função de motorista na empresa investigada e, no dia dos fatos, foi abordado por policiais rodoviários quando transportava, no caminhão *Mercedez Benz/Accelo 1016*, de propriedade da empresa, substâncias infectantes, consistentes em roupas hospitalares contaminadas, totalmente em desacordo com a regulamentação de transporte de produtos perigosos, uma vez que não havia correta identificação no veículo, conforme exige a NBR 7500 da ABNT.

Apurou-se, ainda que, em que pese a obrigação da empresa de fornecer EPI's (Equipamentos de Proteção Individual), esta, em desacordo com a NBR 9735 da ABNT, deixou de fornecê-los ao auxiliar de motorista. Não bastasse, os EPI's fornecidos ao condutor do caminhão não possuíam certificado de aprovação nos moldes da NBR acima mencionada. Apurou-se, também, que o envelope que deveria conter a ficha de emergência encontrava-se vazio, em total afronta à NBR 7503 da ABNT e à Resolução 3665/11 da ANTT.

Por fim, consignou-se que parte da carga estava acomodada em embalagens rasgadas, além de estar mal estivada, já que parte dela estava solta, sem amarração e fora das gaiolas. O laudo pericial de fls. 89/120 atestou a nocividade das substâncias apreendidas.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
4ª Câmara de Direito Criminal

Em solo policial, **ADEMILSON** esclareceu que era de sua incumbência posicionar as placas de identificação de material perigoso, mas, por negligência, deixou de fazê-lo.

Pois bem.

O representante do Ministério Público deixou de propor ao paciente a suspensão condicional do processo, considerando a existência de maus antecedentes.

A autoridade impetrada, entendendo que a manifestação ministerial não estaria em harmonia com precedentes da Corte Suprema, determinou, com base no art. 28 do Código de Processo Penal, o envio dos autos à Procuradoria Geral de Justiça, sendo mantido o entendimento do *Parquet*.

Ab initio, temos que, em situações como a presente, cabe ao Poder Judiciário a garantia de direitos individuais, não sendo possível de se falar em aplicação, do art. 28 do Código de Processo Penal sequer, por similaridade, com o caso expresso no referido diploma. Com efeito, a aplicação do dispositivo se limita à quando o Ministério Público não inicia a ação penal, exatamente o oposto do presente caso. Cabe, assim, ao Judiciário definir se o paciente tem ou não direito legal de pleitear, ainda que em tese, tais benefícios, e se a resposta for positiva, haverá, assim, um direito público subjetivo a ser atendido integralmente pelo Poder Judiciário.

A MM. Juíza não poderia ter remetido os autos, nos termos do mencionado artigo, à Procuradoria Geral de Justiça, já que a matéria é jurisdicional, e como tal, teria que ser decidida. Assim, inicialmente, anulo o feito desde tal



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
4ª Câmara de Direito Criminal

decisão de remessa e, passo agora ao exame do mérito.

Diante da inércia da magistrada no que toca ao requerimento de concessão da suspensão condicional do processo, caberá, desde logo, análise por esta Câmara, acerca da existência, ou não, de tal direito público subjetivo.

No presente caso, temos que este direito existe, já que o réu sofreu uma condenação há mais de 05 anos, já alcançado, portanto, o prazo depurativo dos efeitos da reincidência.

E, preenchidos os demais requisitos – considerando-se, ademais, que a negativa ministerial em relação ao não oferecimento da proposta se fundamenta nesta condenação – de rigor a concessão da medida, a fim de que seja oferecido o benefício.

Confira-se:

HABEAS CORPUS – ATO INDIVIDUAL. O habeas corpus mostra-se adequado quer se trate de ato individual, quer de Colegiado. PROCESSO – SUSPENSÃO CONDICIONAL – REQUISITOS – ATENDIMENTO – ACUSADO – DIREITO SUBJETIVO. Uma vez atendidos os requisitos do artigo 89 da Lei nº 9.099/1995, cumpre implementar a suspensão condicional do processo, podendo o Juízo atuar, nesse campo, de ofício. (HC 136053, Relator(a): Min. MARCO AURÉLIO, Primeira Turma, julgado em 07/08/2018, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-201 DIVULG 21-09-2018 PUBLIC 24-09-2018) (g.n.)

Nesse sentido é, inclusive, a jurisprudência firmada pela Suprema Corte:



PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

4ª Câmara de Direito Criminal

EMENTA: *HABEAS CORPUS. CRIME DE ABORTO. SUSPENSÃO CONDICIONAL DO PROCESSO (ART. 89 DA LEI Nº 9.099/95). CONDENAÇÃO ANTERIOR PELO CRIME DE RECEPÇÃO. PENA EXTINTA HÁ MAIS DE CINCO ANOS. APLICAÇÃO DO INCISO I DO ART. 64 DO CP À LEI DOS JUIZADOS ESPECIAIS. O silêncio da Lei dos Juizados Especiais, no ponto, não afasta o imperativo da interpretação sistêmica das normas de direito penal. Pelo que a exigência do artigo 89 da Lei nº 9.099/95 -- de inexistência de condenação por outro crime, para fins de obtenção da suspensão condicional do feito -- é de ser conjugada com a norma do inciso I do art. 64 do CP. Norma que 'apaga' a 'pecha' de uma anterior condenação criminal, partindo da presunção constitucional da regenerabilidade de todo indivíduo. A melhor interpretação do art. 89 da Lei nº 9.099/95 é aquela que faz associar a esse diploma normativo a regra do inciso I do art. 64 do Código Penal, de modo a viabilizar a concessão da suspensão condicional do processo a todos aqueles acusados que, mesmo já condenados em feito criminal anterior, não podem mais ser havidos como reincidentes, dada a consumação do lapso de cinco anos do cumprimento da respectiva pena. Ordem concedida para fins de anulação do processo-crime desde a data da audiência, determinando-se a remessa do feito ao Ministério Público para que, afastado o óbice do caput do art. 89 da Lei nº 9.099/95, seja analisada a presença, ou não, dos demais requisitos da concessão do sursis processual." (HC 88157, Relator(a): Min. CARLOS BRITTO, Primeira Turma, julgado em 28/11/2006, DJ 30-03-2007 PP-00076 EMENT VOL-02270-03 PP-00372 RB v. 19, n. 522, 2007, p. 29-31 RT v. 96, n. 862, 2007, p. 510-513 LEXSTF v. 29, n. 341, 2007, p. 397-404)*

Destarte, diante da presença dos requisitos



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
4ª Câmara de Direito Criminal

e considerando a inércia da autoridade impetrada, de rigor a concessão da ordem, a fim de que seja oferecido o benefício pleiteado.

Posto isto, **CONCEDO** a presente ordem, para anular o feito desde a decisão de remessa dos autos à Procuradoria Geral de Justiça, determinando seja oferecida a suspensão condicional do processo ao paciente.

EDISON BRANDÃO
Relator